

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Exercício encerrado em 31.12.2013

A BB Consórcios não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Consórcios realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), operações com instrumentos financeiros, depósitos remunerados e operações compromissadas. Há, ainda, contrato de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da BB Consórcios com o controlador em 31.12.2013 e 31.12.2012 e resultados no 2º semestre de 2013 e exercícios de 2013 e 2012:

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativos		
Disponibilidades	148	90
Aplicações interfinanceiras de liquidez	220.099	143.115
Títulos e valores mobiliários	28.520	16.343
Passivos		
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.918	1.391
Outras obrigações – sociais e estatutárias	72.615	38.044

	R\$ mil		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Resultado			
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.517	14.825	10.796
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	618	1.169	1.239
Outras receitas operacionais	88	258	176
Rendas de títulos de renda fixa	175	175	--
Outras despesas operacionais	(6.962)	(13.620)	(13.062)
Despesas de pessoal	(4.588)	(7.783)	(6.135)
Despesas administrativas diversas	(1.837)	(3.748)	(2.001)
Variações monetárias passivas	(230)	(616)	(1.509)

13 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em 25.10.2011, foi assinado convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. para a BB Consórcios, para o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela subsidiária de todos os custos decorrentes.

Número de Funcionários Cedidos pelo Banco do Brasil	37
Maior Salário	R\$ 26.148,17
Menor Salário	R\$ 5.983,59
Salário Médio	R\$ 8.717,48

14 – PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais

Movimentações nas provisões para demandas fiscais classificadas como prováveis:

	R\$ mil		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	3	3	3
Constituição	1	1	3
Baixa	--	--	(3)
Saldo Final	4	4	3

Ações Cíveis

As ações movidas contra a BB Consórcios têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como em pedidos de revisão de cláusulas contratuais e repetição de indébito. Essas ações, em sua maioria, foram ajuizadas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas cíveis classificadas como prováveis:

	R\$ mil		
	2º Sem/2013	Exerc/2013	Exerc/2012
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	1.268	1.093	828
Constituição	856	1.264	472
Reversão da provisão	(149)	(149)	(152)
Baixa	(151)	(384)	(55)
Saldo final	1.824	1.824	1.093

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
 Diretoria e ao Acionista da
 BB Administradora de Consórcios S.A.
 Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2013 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da BB Consórcios é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Consórcios. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2013 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauti

Contador CRC 1SP206103/O-4



Diretoria

PRESIDENTE

Alexandre Corrêa Abreu

VICE-PRESIDENTE

Ivan de Souza Monteiro

DIRETOR-GERENTE

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Conselho de Administração

Edmar José Casalatina

José Carlos Reis da Silva

Marco Antonio Ascoli Mastroeni

Sergio Eugenio de Risios Bath

b) Passivos Contingentes – Possíveis

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Demandas Cíveis	1.756	1.105
Demandas Fiscais	25	27
Total	1.781	1.132

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas:

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
Demandas Cíveis	1.327	934
Total	1.327	934

15 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Medida Provisória nº 627

A Medida Provisória n.º 627 (MP 627/2013), de 11.11.2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, as quais buscaram criar mecanismos que possibilitassem o alinhamento das normas contábeis brasileiras às internacionais.

Considerando que a MP 627/2013 poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, a BB Consórcios aguardará a sua conversão em Lei para uma análise conclusiva.

Entretanto, de acordo com estudos preliminares à luz do texto vigente da MP 627/2013, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis da BB Consórcios.

II – GRUPOS DE CONSÓRCIO

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A BB Administradora de Consórcios S.A., BB Consórcios, obteve autorização para formar e administrar grupos de consórcio em 19.02.2004, conforme publicado no Diário Oficial da União de 25.02.2004.

2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo de reserva e fundo comum de cada grupo. As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos de investimentos junto ao Banco do Brasil S.A.

b) Direitos Junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados.

c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados, Contribuições Devidas ao Grupo e Bens a Contemplar

São calculados com base no preço do bem vigente no último dia de cada mês.

d) Obrigações com Consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

e) Valores a Repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

f) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens/serviços.

g) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

h) Recursos do Grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

3 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS GRUPOS

	31.12.2013	31.12.2012
Quantidade de consorciados ativos	437.591	400.975
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	165.421	115.596
Quantidade de bens pendentes de entrega	36.788	22.205
Quantidade de bens entregues no período	17.871	16.684
Quantidade de inadimplentes contemplados	3.983	2.349
Quantidade de grupos administrados	513	468
Taxa de administração média ponderada	10,84%	10,62%
Taxa de inadimplentes média ponderada de consorciados contemplados	2,63%	2,14%

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Para cumprimento da Resolução CMN n.º 3.198/2004, o Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único para o Banco Múltiplo e para as subsidiárias integrais.

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria único foi divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A.

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2014.

Egídio Otmar Ames Coordenador	Henrique Jäger
Antônio Carlos Correia	Elvio Lima Gaspar

Manifestação do Conselho De Administração

De conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, o Conselho de Administração da BB Administradora de Consórcios S.A. declara que, em reunião desta data, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria e do Relatório da Administração referentes ao exercício de 2013.

Em 26 de fevereiro de 2014.

Edmar José Casalatina
Marco Antonio Ascoli Mastroeni

José Carlos Reis da Silva
Sergio Eugenio de Risios Bath

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 26 de fevereiro de 2014.

Lacy Dias da Silva
Conselheiro

Alex Pereira Benício
Conselheiro

Fábio Franco Barbosa Fernandes
Presidente

Conselho Fiscal

Fábio Franco Barbosa Fernandes (Presidente)

Lacy Dias da Silva

Alex Pereira Benício

Comitê de Auditoria

Egídio Otmar Ames (Coordenador)

Antônio Carlos Correia

Henrique Jäger

Elvio Lima Gaspar

Contadoria

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87